

UNESP, UNICAMP E USP... 30 ANOS DEPOIS

CONQUISTA DO MOVIMENTO DE 1988, AUTONOMIA CHEGA AOS DIAS DE HOJE CERCADA DE DESAFIOS

FATOS E FOTOS DE UMA (POUCO LEMBRADA) HISTÓRIA DE MUITAS LUTAS



Campinas, outubro de 1981: A comunidade da Unicamp sai às ruas contra a intervenção malufista e por autonomia (Foto: Celso Palermo)

O decreto 29.598, que estabeleceu a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades estaduais paulistas, foi assinado pelo então governador Orestes Quércia no dia 2 de fevereiro de 1989.

A assinatura culminou um processo de muita mobilização da comunidade acadêmica. Num cenário de picos inflacionários, o Brasil ainda fazia a transição do regime militar para o democrático, e as

lutas por melhores salários e condições de trabalho desabrochavam em todo o país. As universidades públicas ainda se ressentiam do peso da ditadura, várias delas com a presença de interventores em suas dependências, e a reivindicação pela autonomia era bandeira central nos movimentos daqueles anos.

Em 1988, o estado de São Paulo foi palco de uma forte greve do funcionalismo público paulista. Servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, Unicamp e USP, com o apoio dos estudantes, participaram ativamente do movimento, e seguiram paralisados mesmo quando as demais categorias foram levadas a decidir pela volta ao trabalho. Nas universidades, o movimento durou cerca de 60 dias e obteve conquistas financeiras expressivas. Mas não foi só. No dia 27 de outubro de 1988, atendendo ao chamado das entidades sindicais das três universidades – ainda não existia o Fórum das Seis –, dezenas de ônibus com manifestantes de várias partes do estado concentraram-se na USP. O objetivo era fazer um protesto em frente ao Palácio dos Bandeirantes, cobrando reajuste e autonomia. As declarações do então secretário de



27/10/1988: Polícia faz o cerco para evitar a chegada dos manifestantes ao Palácio dos Bandeirantes (Fotos: Celso Palermo)



27/10/1988: Eduardo Suplicy tenta negociar em favor dos manifestantes (Foto: Celso Palermo)

Segurança Pública do Estado, Luís Antônio Fleury Filho, feitas na noite anterior, de que os manifestantes seriam “duramente reprimidos”, lançaram dúvidas sobre o que fazer. Parte dos ônibus foi para as imediações do estádio do Morumbi, conforme combinado, para lá decidir como agir. A outra parte, com funcionários e alguns estudantes da USP, foi diretamente para o Palácio. Alguns ônibus, com docentes da Unicamp, foram desviados pela polícia e também acabaram se dirigindo ao Palácio, lá chegando quando os trabalhadores da USP eram recebidos por um gigantesco aparato militar, que desencadeou uma repressão violentíssima: policiais da cavalaria com sabres, tropa de choque com bombas, cassetetes e, inclusive, com gás paralisante, à época já proibido no resto do mundo. O saldo foi um grande número de feridos, nove deles indo parar no hospital. Os manifestantes que ficaram próximos ao estádio tentaram subir e apoiar os demais, mas foram impedidos pela polícia.

As cenas de violência ganharam as páginas dos jornais e os noticiários de rádio e TV. Uma reportagem exibida pela Rede Globo na mesma noite teve enorme repercussão. Estávamos em plenas eleições municipais e o nome apoiado por Quéricia na cidade de São Paulo, João Leiva (PMDB), viu sua candidatura despencar e abrir espaço para a surpreendente vitória de Luiza Erundina (PT), que também superou Paulo Maluf (PDS) e outros candidatos, em turno único.

Poucos dias depois, interlocutores do Palácio informaram às entidades sindicais das universidades que o governador não queria mais negociar com elas e que já estava preparando um decreto em que definiria um percentual do ICMS para

mantê-las. “Doravante, que negociem com os reitores”, teria dito Quéricia. Surgia, assim, o famoso “decreto da autonomia”. Tal iniciativa, na prática, apartou o movimento das universidades do restante do funcionalismo do Estado.



28/10/1988: Cobertura das manifestações e da repressão ganha as páginas dos grandes jornais. Nas imagens, os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo (Acervo dos jornais)



SUBFINANCIAMENTO, O PRIMEIRO PROBLEMA

De cara, um problema se apresentou: Quéricia determinou que as universidades passariam a ser mantidas com um percentual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE), de 8,4%, que supostamente teria sido calculado sobre a média de repasses dos três anos anteriores. Ocorre que, em média, nos três anos anteriores à autonomia, este repasse foi de 11,6% do ICMS-QPE. Nos anos seguintes, a luta da comunidade universitária forçou a elevação do índice: para 9% em 1992 e 9,57% em 1995, percentual que vigora atualmente e ainda insuficiente para fazer frente às necessidades de ensino, pesquisa e extensão nas

estaduais paulistas, que nos anos 2000 foram submetidas a uma expressiva expansão. A crise de financiamento vem se aprofundando a cada ano. USP, Unesp e Unicamp, juntas, mais que dobraram de tamanho nos últimos 20 anos em número de matrículas de estudantes de graduação e de pós-graduação. Ampliaram muito sua produção em pesquisa e extensão, com praticamente o mesmo número de docentes e uma diminuição do número de técnico-administrativos. Ao mesmo tempo, o governo estadual vem patrocinando, ano após ano, cada vez mais desonerações

falar da retirada dos recursos destinados a programas da habitação e de alíneas da base de cálculo dos repasses do ICMS para as universidades, o que, na prática, reduz os 9,57% do ICMS-QPE a um valor consideravelmente menor.

As estaduais paulistas também veem seus orçamentos serem cada vez mais comprometidos com aposentadorias e pensões, sem que o governo estadual faça sua parte e arque com as insuficiências financeiras relativas às universidades no SPPrev, como prevê a Lei 1.010/2007.

Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 a 2017

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2017	Variação	1995	2017	Variação	1995	2017	Variação
Docentes	3.497	3.389	-3,2%	2.259	2.155	-4,6%	5.056	5.631	11,37%
Técnico-administrativos	7.918	5.986	-24,4%	8.681	7.766	-10,5%	15.105	13.713	-9,21%
Cursos de graduação	80	136	70%	44	66	50,0%	132	321	143,18%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.725	79,19%	1.990	3.330	67,3%	6.902	11.114	61,02%
Alunos matriculados / graduação	19.618	37.997	93,68%	9.992	19.869	98,8%	33.479	58.957	76,10%
Cursos de pós-graduação	125	258	106,4%	85	154	85,9%	476	701	47,27%
. Mestrado	71	147	107,04%	46	82	67,4%	257	368	43,19%
. Doutorado	54	111	105,6%	39	72	79,5%	219	333	52,04%
Alunos matriculados / pós-graduação	6.824	13.998	105,1%	8.771	16.618	89,4%	19.683	30.202	53,44%
. Mestrado	3.395	7.392	117,7%	3.830	5.671	48,06%	8.024	14.360	78,96%
. Doutorado	1.382	6.606	378%	2.996	6.559	118,9%	6.060	15.842	161,42%
. Especiais	2.047	4.149*	102,7%	1.945	4.388	125,6%	5.599	8.823	57,58%
Titulos outorgados (total)	581	3.312	470,05%	1.044	2.339	124,04%	2.643	6.820	158,04%
. Mestrado	433	2.085	381,5%	724	1.342	85,3%	1.584	3.742	136,24%
. Doutorado	148	1.227	729,05%	320	997	211,5%	1.059	3.078	190,65%

Fonte: Cruesp e Anuários Estatísticos da Unesp, Unicamp e USP. / *Dado fornecido pela PROPG/Unesp

no pagamento do ICMS. Nos anos de 2017 e 2018, respectivamente, cerca de R\$ 20 bilhões e R\$ 18 bilhões do ICMS deixaram de ser arrecadados e de financiar políticas públicas no Estado, inclusive as universidades. Isso para não

falar da retirada dos recursos destinados a programas da habitação e de alíneas da base de cálculo dos repasses do ICMS para as universidades, o que, na prática, reduz os 9,57% do ICMS-QPE a um valor consideravelmente menor. As estaduais paulistas também veem seus orçamentos serem cada vez mais comprometidos com aposentadorias e pensões, sem que o governo estadual faça sua parte e arque com as insuficiências financeiras relativas às universidades no SPPrev, como prevê a Lei 1.010/2007.

AMPLIAR A AUTONOMIA, IMPEDIR RETROCESSOS

Passados 30 anos da assinatura do decreto, há muito ainda a consolidar e a conquistar.

A democratização das estruturas de poder das estaduais paulistas – tanto na escolha dos dirigentes, quanto na composição e participação nos colegiados – segue sendo reivindicação relevante das entidades sindicais e estudantis.

A situação de subfinanciamento vem sendo resolvida, pelas reitorias, ano após ano, com a redução do valor real dos vencimentos dos servidores das universidades e com a precarização das suas condições de trabalho. No entanto, sabemos que a garantia de condições



Novembro de 1988: A comunidade das três universidades lança o movimento "SOS Universidade". Na foto, evento no auditório do Centro de Convivência de Campinas (Foto: Celso Palermo)

dignas de salário e trabalho para professores e servidores técnico-administrativos, bem como permanência estudantil à altura das necessidades de uma grande parcela de estudantes que dela necessitam, são condições *sine qua non* para uma universidade de qualidade.

Na conjuntura atual, a luta pelo financiamento público adequado – base para a defesa da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada – ganha contornos ainda mais importantes. O modelo de universidade proposto pelo governo federal, explicitado pelo programa “Future-se”, embora se apresente com um discurso de fortalecimento da autonomia e de melhoria do financiamento das universidades, na verdade pavimenta o caminho para o sequestro da autonomia universitária pelos agentes do mercado, e para a diminuição gradual do investimento estatal nessas instituições.

Não resta dúvida de que o “projeto” federal para o ensino superior público pode ser exportado para as estaduais paulistas. A instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “investigar a gestão das universidades públicas” aponta nesta direção.

Este modelo é o oposto àquele que defendemos, ou seja, uma universidade autônoma, democrática e comprometida com uma formação de qualidade para os estudantes de graduação, com produção de pesquisa relevante para alargar os limites do conhecimento científico e tecnológico, e o compromisso de contribuir para a melhoria das condições de vida da maioria da população paulista e brasileira.



Setembro de 2005: Manifestantes das três universidades saem às ruas de São Paulo para cobrar mais verbas para Unesp, Unicamp e USP (Acervo Fórum das Seis)

CONSOLIDAR E AMPLIAR A AUTONOMIA

- Financiamento adequado ao ensino, pesquisa e extensão de qualidade!
- Expansão com garantia de recursos perenes!
- Democratização das estruturas de poder!



2014: Reivindicação por mais verbas nas ruas, durante a histórica greve na Unesp, Unicamp e USP (Acervo Fórum das Seis)